Abstract
II International Colloquium of the ancient Egypt and Near East
Universidade de São Paulo
2017

"DEUS É MASCULINO?": A LEI MARIA DA PENHA PRESENTIFICANDO AMEAÇAS ANTIGAS À SOBERANIA DE YAHWEH

AMANDA MUNIZ OLIVEIRA
Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda em Direito; Bolsista CAPES.
E-mail: amandai040@gmail.com

RODOLPHO ALEXANDRE SANTOS MELO BASTOS
Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorando em História; Bolsista CAPES.
E-mail: rodoxbastos@gmail.com

No ano de 2007, em Sete Lagoas - MG, foi proferida uma sentença peculiar. Escrita pelo juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, a decisão atacava a Lei Maria da Penha, relativa à violência doméstica contra a mulher, sob o argumento de que a norma seria uma "heresia manifesta contra a lógica de Deus". Utilizando-se da religião judaico-cristã, fundamentada pela mitologia atribuída aos hebreus para embasar suas convicções, o juiz Rumbelsperger evoca argumentos como a masculinidade do deus Yahweh e a necessária submissão da mulher para desqualificar a já mencionada Lei. Esse discurso, dotado de forte cunho religioso nos aparece, assim, como eco de uma narrativa mais antiga: a deslegitimação das deusas cultuadas na região do Crescente Fértil (CORDEIRO, A. L. A., 2007). Com o advento do Javismo e seu cunho necessariamente monoteísta, as divindades femininas que ali outrora habitavam foram destituídas de seus poderes e relegadas a categoria de demônios, responsáveis por toda a sorte de mazelas contra a humanidade. Assim, o espaço do feminino no âmbito sagrado é destituído para ceder espaço à masculinização do deus Yahweh, sendo ele (e apenas ele) a figura legítima de salvação e adoração na visão dos hebreus, a qual tentou se impor, inclusive, às mulheres estrangeiras com quem se casavam (CORDEIRO, A. L. A., 2007). Dessa forma, se faz necessário perceber como se deu esse processo de sobreposição do imaginário masculinista das religiões javistas sobre as figuras míticas e arquetípicas da grande deusa das sociedades do Antigo Oriente Próximo, bem como esse imaginário ainda está presente nas sociedades tributárias dos ensinamentos de Yahweh, como o Brasil. Nesse sentido, pode-se perceber que dessa ruptura surgiram consequências nefastas para as mulheres. Julgadas, culpadas e condenadas, sem qualquer chance de defesa. São elas que serão vistas com desconfiança: ditas responsáveis pela expulsão do Éden, luxuriosas e fracas, elas devem se submeter ao homem ainda que isso implique em diversas formas de violência. Isso expressa que o movimento de condenar mulheres pelos males e castigos que recaem sobre o povo (como no livro de Oseias do Antigo Testamento), bem como de indicá-las como responsáveis por desviar os homens dos mandamentos de Yahweh (conforme o Primeiro e o Segundo Livro de Reis) ainda repercute na atualidade, inclusive em âmbito jurídico, no qual a mulher continua a ser condenada como fonte do mal. Poderia se pensar que tais práticas estariam ultrapassadas, tanto social quanto juridicamente, já que houve conquistas significativas no que se refere ao direito das mulheres. A sentença do juiz Rumbelsperger, porém, nos alerta para o alcance desse imaginário, já que qualquer tipo de emancipação feminina, por menor e necessária que seja, é por ele compreendida como heresia contra um Deus masculino.

Desta forma, utilizando como categoria de análise o conceito de imaginário social (JÚNIOR, H. F., 2010), objetiva-se identificar a permanência desse discurso javista nos dias atuais, utilizando-se como fonte a sentença proferida pelo juiz Rumbelsperger no processo n. 222.942-8/06, em diálogo com as narrativas do Antigo Testamento que dão fundamento aos argumentos proferidos pelo juiz em questão.

Palavras-chave: deusas; sagrado feminino; lei Maria da Penha; Crescente Fértil.

Abstract
II International Colloquium of the ancient Egypt and Near East
Universidade de São Paulo
2017

"IS GOD A MAN?": THE MARIA DA PENHA LAW PRESENTIFYING ANCIENT THREATS TO THE SOVEREIGNTY OF YAHWEH

AMANDA MUNIZ OLIVEIRA
Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda em Direito; Bolsista CAPES.
E-mail: amandai040@gmail.com

RODOLPHO ALEXANDRE SANTOS MELO BASTOS
Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorando em História; Bolsista CAPES.
E-mail: rodoxbastos@gmail.com

In 2007, in Sete Lagoas - MG, a peculiar sentence was pronounced. Written by Judge Edilson Rumbelsperger Rodrigues, the decision attacked the Maria da Penha Law, about domestic violence against women, arguing that the norm would be a "manifest heresy against the logic of God." Judge Rumbelsperger, using the Judeo-Christian religion, based on the mythology attributed to the Hebrews to support his convictions, evokes arguments such as the masculinity of the god Yahweh and the necessary submission of the woman to disqualify the already mentioned law. This is an echo of an ancient narrative: the delegitimation of the goddesses worshiped in the region of the Fertile Crescent (CORDEIRO, A. L. A., 2007). With the advent of the god Yahweh and its necessarily monotheistic character, the female deities who once inhabited there were deprived of their powers and relegated to the category of demons, responsible for all sorts of plagues against humanity. Thus, the space of the feminine in the sacred sphere is ousted to give way to masculinization of the god Yahweh, being him (and only him) the legitimate figure of salvation and adoration in the vision of the Hebrews, which tried to impose him even to the foreign women with whom they were married (CORDEIRO, A. L. A., 2007). Thus, it is necessary to perceive how this process of overlapping the masculinist imaginary of Yahweh occurred on the mythical and archetypal figures of the great goddess of the societies of the ancient Middle East, just as this imaginary is still present in the tributary societies of the teachings of Yahweh, as Brazil. In this sense, it can be seen that from this rupture there were harmful consequences for women. Judged, guilty and condemned, without any chance of defence, they are viewed with suspicion: those responsible for the expulsion of Eden, lustful and weak, they must submit to man even though this implies various forms of violence. This expresses that the movement of condemning women for the evils and punishments that fall upon the people (as in the book of Hosea in the Old Testament), as well as indicating them as responsible for diverting men from the commandments of Yahweh (according to the First and the Second Book of Kings) still has repercussions nowadays, including in the legal sphere, in which women continue to be condemned as the source of evil. One might think that such practices would be outdated, both socially and legally, as there have been significant victories in women's rights. Judge Rumbelsperger's sentence, however, alerts us to the scope of this imaginary, since he understands any kind of feminine emancipation, whatever small and necessary, as heresy against a male god. In this way, using the concept of social imaginary as a category of analysis (JÚNIOR, H. F., 2010), the objective is to identify the permanence of this discourse in the present day, using as

source the sentence pronounced by Judge Rumbelsperger case number 222.942-8/06, in dialogue with the Old Testament narratives that support the arguments put forward by the judge in question.

Keywords: goddesses; sacred feminine; Maria da Penha Law; Fertile Crescent.